

## NOTAS SÓBRE O REINO DO CONGO NO SÉCULO XVI

MARLI GERALDA TEIXEIRA, DO SETOR DE ESTUDOS HISTÓRICOS DO CEAQ

O Reino do Congo, situado ao norte da atual província portuguesa de Angola, tendo como limite norte o rio Zaire (Congo), sul o rio Bengo e leste o Cuango (1), foi alcançado pelos portugueses no fim do século XV (1484) pela expedição de Diogo Cão. A sua chegada a essa região nada mais foi do que o desenvolvimento do esquema econômico seguido pela nação portuguesa, no sentido de encontrar uma nova rota para o comércio com o Oriente.

Chegados à foz do Zaire, os portugueses, dirigidos por Diogo Cão, mantiveram os primeiros contactos (1491) com os habitantes da província de Soyo (Sonho), e tomaram as primeiras providências para a cristianização dos seus habitantes (2). A essa altura, o governo português já sentia a importância que a dominação da área assumiria, para a continuação do seu esquema econômico e político, funcionando como ponto de apoio para a navegação em direção do sul. Por outro lado, os habitantes do Congo mostravam-se interessados na nova cultura que chegava, o que facilitou mais ainda a penetração portuguesa.

Não pretendemos fazer uma exposição do desenvolvimento histórico do reino do Congo desde a sua origem até a sua queda. Queremos apenas tecer algumas considerações sobre as influências que os portugueses exerceram no reino durante a sua dominação, situar a significação real dessa influência, e fazer uma apreciação geral dos seus resultados.

Em primeiro lugar, analisemos o quadro econômico dentro do qual se situa o interesse português na conquista da África.

Sabe-se que a Europa Mediterrânea precisava urgentemente achar novo caminho para comerciar com o Oriente. A rota oriental seguida pelos portugueses no século XV apresentava-se promissora, necessitando assim de ser assegurada e garantida contra a investida de outros povos

---

(1) Cavazzi, J. A., *Descrição Histórica dos Três Reinos: Congo, Matamba e Angola*, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1965, 1.º vol., pág. 16. — Referência à tradição existente entre os habitantes do reino, quanto às suas antigas dimensões: "Os habitantes, porém, fazem diferença entre a extensão de hoje e a dos tempos passados, sendo comum a queixa que fazem, dizendo que "Congo já não é o Congo".

(2) Balandier, G., *La Vie Quotidienne au Royaume de Kongo du XVI<sup>e</sup> au XVIII<sup>e</sup> Siècle*, Librairie Hachette, 1965, pág. 30. — "Après avoir reçu (du moins le prétend-il) l'accord du roi de Kongo, le chef de Soyo est baptisé le 3 avril 1491, jour de Pâques. C'est sous le nom de dom Manuel que les relations le mentionnent".

européus. Essas garantias seriam alcançadas com as descobertas na costa atlântida da África, que desempenhariam o papel de baluartes portugueses na rota para a Índia. Anos mais tarde, após o malôgro no Oriente, os portugueses voltar-se-iam para o continente africano e para o Brasil, já que a cultura da cana neste, e o comércio de escravos naquele, funcionavam como ótimos substitutos para o comércio das especiarias.

A esperança de chegar no reino de Preste João não abandonara ainda o rei de Portugal no século XV, já que a expansão do Islão preocupava o rei católico e a Igreja. Um aliado cristão no Oriente ou na África, dono de um rico e grande reino, seria de grande utilidade para a segurança do Cristianismo. Simão da Silva, portador do Regimento de 1512 para o reino do Congo, recebera ordens de D. Manuel no sentido de investigar as possibilidades de alcançar a Abissínia, onde se julgava encontrar o Preste João.

A cristianização é colocada em posição de destaque no Regimento de 1512<sup>(3)</sup> e nas cartas trocadas entre o Rei do Congo e o de Portugal. Esse processo de cristianização seria usado juntamente com o tráfico escravo, justificando-o e amparando-o.

Vê-se dessa forma que o interesse português na dominação do reino era grande, e o desenrolar dos fatos iria prová-lo.

Costuma-se pensar que os portugueses, quando alcançaram o reino, encarregaram-se de "organizá-lo" à maneira da administração portuguesa. A realidade parece outra, se examinarmos a situação político-administrativa do reino do Congo antes da chegada dos europeus e das modificações ocorridas após essa dominação estrangeira.

A monarquia do Congo era eletiva, constando de um Colégio Eleitoral composto de 9 ou 12 membros, dos quais só conhecemos os nomes de Mani Kabunga, Mani Mbata (Bata) e Mani Soyo (Sonho). Esses eleitores escolhiam o candidato ao trono inicialmente entre os descendentes do fundador do reino, Ntinu Wemé ou Nimi a Lukeni, fato que posteriormente foi modificado, sendo os candidatos ao trono escolhidos entre os descendentes de Afonso I (Mvemba Nzinga). A eleição do nôvo rei colocava o reino à mercê das diversas facções políticas que se formavam em tôrno dos candidatos mais fortes, que procuravam "convencer" o Colégio Eleitoral de suas qualidades e possibilidades<sup>(4)</sup>. É de Jan

---

(3) Regimento de Simão da Silva, in: *Comunidades Portuguesas* — Revista Trimestral da União das Comunidades de Cultura Portuguesa, n.º 4, outubro, 1966.

"Açerqua do acrecentamento da nossa santa fee catholica, asy em terra del rey de Manicomguo, como em toda outra parte, vos trabalhay como se faca fruyto, porque ysto he o principal fundamento com que la vos enviamos".

(4) Cavazzi, J.A., op. cit., 1.º vol., pág. 222.

"Ninguém, fora da família real, pode aspirar a ser rei. Esta família, depois de abraçada a verdadeira religião, aliando-se com os portugueses, tomou o apelido dos Afonsos, que conservou até hoje..."

"Eleitores necessários são três grandes fidalgos do reino: o Manni-Efunda (ou Mani Cabunda), o Mani-Mbata e o conde de Sonho. Mas por os pretendentes terem

Vansina<sup>(5)</sup> a afirmação de que êsses candidatos tornaram-se tão numerosos que chegavam a formar uma classe social — a dos Infantes. A luta das facções costuma ser apontada entre as principais causas para a fraqueza e a queda posterior do reino.

O rei levava o título mais conhecido de “Mani” (daí Manicongo), mas tem-se informações de outros nomes que designavam a autoridade real, como “Ntinu” e “Ntotila”<sup>(6)</sup>. Aliás, “Mani” era um título usado tanto pelo rei quanto por outras autoridades do reino, fôsem políticas (chefes de províncias) ou administrativas (juizes).

Abaixo da autoridade real, estava a dos chefes de províncias, unidades administrativas que dividiam o reino. Algumas delas resultavam da anexação de antigos reinos. Cavazzi relata por exemplo a situação das províncias de Mpangu (Pango) e Mbata (Bata) que perderam o *status* de reinos independentes e foram anexadas ao reino do Congo. Ainda com base no seu relato, afirmamos que nem sempre os chefes de províncias obedeciam fielmente às ordens reais. É o caso do Mani Mbamba (Bamba) que chegava a ser temido pelo rei<sup>(7)</sup>.

Êsses chefes de províncias eram sempre aristocratas e na maioria dos casos membros da família real, como por exemplo o Mani Nsundi, herdeiro do trono.

Tôda essa estrutura administrativa do reino era altamente centralizada, tendo o rei poder de nomear ou demitir os chefes de províncias, com exceção dos Manis Mbata (Bata) e Soyo (Sonho) cuja sucessão era hereditária.

Claro está, portanto, que o reino já apresentava uma estrutura política interna organizada em franco funcionamento, e mais ainda bastante semelhante à estrutura política de outros Estados africanos do fim do século XV. Confirmação para isso pode ser encontrada nos relatos de viajantes e missionários que estiveram no reino nessa época e em épocas posteriores. Por outro lado, pode-se mencionar a força e o prestígio do reino do Congo entre seus vizinhos. Vansina<sup>(8)</sup> chega a afirmar que os portugueses copiaram e aplicaram em Angola a mesma estrutura política que encontraram no reino do Congo no século XVI.

---

quase sempre numerosos partidários e forças armadas, os eleitores nem sempre são livres e às vezes fica eleito não o que mais merece, mas aquêle que na circunstância é o mais forte”.

(5) Vansina, J., *Kingdoms of Savanna*, Madison, Milwaukee and London, 1966, pág. 42.

(6) Cavazzi, J.A., *op. cit.*, 1.º vol., pág. 230.

“Segundo a tradição, o primeiro rei foi Luqueni, que com o valor das suas armas submeteu diversas províncias e com o seu tato político ganhou o ânimo dos súbditos, tomando então o título de “ntinu”, ou “rei”.

(7) Cavazzi, J.A., *op. cit.*, 1.º vol., pág. 16.

“Os governadores desta província, com o título de duques, são sempre de sangue real... às vezes tiranizam seus súbditos, sem que os próprios reis se atrevam a castigá-los ou a removê-los porque sendo generalíssimos de todo o reino, isto os torna tão temíveis...”

(8) Vansina, J., *op. cit.*, pág. 4.

Dentro desse quadro, pode-se compreender e analisar a tentativa de reestruturação do reino pelos portugueses. O Regimento de 1512, dado por D. Manuel a Simão da Silva, visava, além de uma organização administrativa, um programa de aculturação. As relações fraternais entre "Suas Majestades Católicas", os planos para cristianização, educação e artesanato, estão ao lado de planos para estabelecimento do monopólio português no comércio, e do tráfico de escravos<sup>(9)</sup>. Quanto à organização do reino, está dito no Regimento que o rei e a nobreza do Congo poderiam receber títulos europeus, usar emblemas europeus e seguir as regras da etiqueta da corte portuguesa.

Esse plano de aculturação e organização administrativa foi aplicado, mas os resultados não foram exatamente aqueles esperados por Portugal. Em primeiro lugar, muitas das leis e provisões constantes no Regimento nunca foram executadas, sendo que o rei Afonso I (Mvemba Nzinga) recusou-se a obedecer a vários dos seus itens. A própria nomenclatura administrativa só foi aplicada no século XVI. Por outro lado, havia a total impossibilidade do êxito da aplicação de um plano dessa ordem em pouco tempo, sem fazer adaptações regionais e sem atentar para as diferenças culturais. Os próprios membros do governo do Congo opuseram-se à aplicação pura e simples das leis portuguesas no reino, tendo Afonso I sido taxado de pusilânime e acusado de ter abandonado o caminho dos antepassados.

O que se passou na realidade foi uma substituição de nomenclatura e de conceitos, ficando intacta a essência. Os portugueses passaram a chamar os chefes de província de *Duque*, enquanto outros nobres recebiam o título de *Conde* ou *Marquês*; o rei passou a ser chamado de *Majestade*, porém permanecendo o mesmo sistema de eleição e centralização. A alteração real que podemos observar, bem compreensível dentro do esquema português, foi a criação do cargo de *Conselheiro do Rei*, desempenhado por um português, que geralmente era o confessor real. Esse Conselheiro, com o passar do tempo, tornou-se personagem de tão grande importância que chegou a participar do Colégio Eleitoral. Dentro da organização político-administrativa encontrada no reino do Congo, os portugueses desempenharam o seu papel, procurando tirar sempre o maior proveito para seus projetos colonialistas. Assim é que missionários, artesãos, professores e comerciantes participaram das lutas pela sucessão real, tendendo para esse ou aquele lado, de acordo com a maleabilidade, ou melhor, com a docilidade que o candidato apresentasse para com os interesses dos dominadores.

---

(9) Regimento de Simão da Silva, op. cit.

"Item- ...e trabalharés como loguo se comece a entemder na carega de navyos e do que elle pera yso ouver de dar, asy d escravos, como de cobre e marfim; e tudo ysto lhe dirés como vosso sem lhe dizerdes cousa alguma de nossa parte, trabalhando, o mais onestamente que vos poderdes, como d estas cousas venham o melhor carregados que seja posyvel, e fazê o asy bem, como de vos confiamos. E carregados os navyos, day aviamento a sua partida bastecemd os de mantimento da teera..."

Que houve influência não podemos negar: pomos somente em dúvida a sua profundidade na estrutura do reino, pois quanto à sua extensão e os males por ela causados, provam-nos a decadência e a queda do reino no Século XVIII.

Ainda dentro do nosso comentário, podemos fazer algumas observações sobre as conseqüências produzidas pelo Cristianismo na religião, cultura e política locais.

Para melhor compreensão do assunto, convém lembrar que os portugueses, quando chegaram ao Congo, encontraram seus habitantes entregues à prática da religião local, que se baseava no culto aos antepassados (Bakulu) e na deificação de certas forças da natureza (Ba-Simbi). Havia, porém, a concepção da existência de um ser supremo, jamais materializado e inacessível, não recebendo por isso mesmo qualquer culto. Seria ele o que dava ao homem suas leis fundamentais, afligindo-o com os maiores castigos, diante dos quais o homem não tinha recursos; não dava recompensas. Só podia ser objeto de devoção absoluta, pois escapava totalmente à percepção humana. Cavazzi apresenta este ser supremo (Nzambi Ampungu) como o "dogma fundamental da idolatria dos habitantes do Kongo" (10), porém os missionários portugueses não hesitaram em identificá-lo com o Deus cristão e orientar toda a vida religiosa dos Congos para ele (11). O que não conseguiram, porém, foi ligá-lo ritualmente ao comportamento religioso do povo, pois para os Congos, Nzambi Ampungu não se envolvia nos problemas dos homens (12).

Nessa área da bacia do Zaire (Congo) o culto aos antepassados era dominante. Estes (Bakulu) eram os membros mortos do clã, que dominavam sobre a terra e habitavam próximos aos bosques e rios. Formavam cidades semelhantes às dos vivos e viviam em perfeita harmonia. Nem todos os mortos figuravam entre os antepassados; os que morriam eram julgados, e se fossem maus não seriam admitidos (matebo).

Georges Balandier (13) explica a adaptação dessas crenças pela maneira como os Congos viram a chegada dos portugueses: o fato de terem "saído das águas", de terem a cor branca, diferente da conhecida, falarem de Deus e de países desconhecidos, foram identificados como os emissários dos antepassados, que iriam organizar na terra a "sociedade subterrânea" e divulgar o segredo da boa vida, do poder e da riqueza.

É sobre esses dois erros profundos, que se baseia a primeira fase da cristianização do reino: a identificação dos portugueses com os emissários dos antepassados, e a adaptação de Nzambi Ampungu às características do Deus Cristão.

(10) Cavazzi, J.A., op. cit., 1.º vol., pág. 88.

"O principal sofisma destas infames doutrinas é que, embora Deus, chamado Nzambi-a-mpungu, ou "Deus do alto", seja um em si mesmo, há, porém outros deuses, inferiores a ele, mas sempre dignos de obséquio.

(11) Balandier, G., op. cit. pág. 248.

(12) Ribas, O., *Ilundo*, Angola, 1958.

(13) Balandier, G., op. cit., pág. 258.

O Cristianismo dos primeiros anos da colonização portuguesa do Congo é principalmente uma religião de elite. Os nobres foram os primeiros a serem atingidos, sendo que se dava muito valor a isso, haja vista o relêvo tomado pela conversão do Mani Soyo (Sonho) e do Mani Nsudi (Sundi), que tinham posição de destaque no reino<sup>(14)</sup>. Também os nobres foram os primeiros a receber a instrução da língua e escrita portuguesa, indo mesmo alguns deles estudar em Lisboa<sup>(15)</sup>. O povo só foi atingido aos poucos sendo que os habitantes da Capital foram mais facilmente convertidos que os das províncias mais longínquas. Mesmo para os que aceitaram o Cristianismo, a nova religião apresentava-se pouco atraente, incompreensível, interessando-os na medida em que podia ser ligada aos usos da religião tradicional. Dessa má compreensão e pouca atração surgiram na época certos cultos sincréticos, visando a fazer adaptações dos novos conceitos religiosos aos tradicionais. Temos por exemplo: o uso de símbolos cristãos em ritos da religião local, os movimentos messiânicos como o "Antonionismo", que se difundiu nos últimos anos de vida do reino (Séc. XVIII).

Por outro lado, lembremos que os missionários portugueses que chegavam ao reino, não tinham a necessária diplomacia e tolerância para compreender uma cultura diferente. Censuravam acerbamente o politeísmo como feitiçaria e prática do Demônio, a poligamia como concubinação, as cerimônias de iniciação como danças lascivas e práticas imorais. Não hesitavam em ameaçar e excomungar, como não hesitavam em mergulhar na luta política do reino, defendendo ou acusando, protegendo ou perseguindo os candidatos de acôrdo com a sua preferência. O Pe. João Antonio Cavazzi de Montecúcolo, missionário capuchinho que viveu treze anos em Angola, estêve na província de Soyo (Sonho) entre 1664 e 1666, e é o autor da obra constantemente citada em nosso trabalho, costuma referir-se aos costumes dos habitantes do Congo, com a mesma rispidez que os primeiros missionários apresentavam<sup>(16)</sup>.

---

(14) Balandier, G., op. cit., pág. 30.

"Il (mani Soyo) détient une position clef, dans la mesure ou sa province comande le commerce de Kong et le met en contact direct avec les traitants européens. Le roi de Congo, attentif a ses rapports avec un "intermédiaire" aussi indispensable, lui accorde un statut privilégié".

(15) Vansina, J., op. cit., pág. 45.

"Nzinga Kuwu decided that a Nsaku Clansman should go as an ambassador to Portugal to ask for missionaries and for technicians-carpenteres and mason. He was accompanied by a number of younger men whom the king wanted to have educated in Portuguese Schools".

(16) Cavazzi, J.A., op. cit., pág. 85.

"A importância de ser filho legítimo, tão apreciada na Europa e noutras partes, parece ser ainda completamente desconhecida de muitos etiopes. Eles têm em igual consideração tanto o filho legítimo como o ilegítimo. Antes parece, às vêzes, que apreciam mais os filhos que procriaram na efervescência de ardores ilegais do que aquêles que são fruto suave de um matrimônio cristão.

Manter grande número de concubinas, conforme a idéia de muitos não é contrário à inviolabilidade do sacramento, nem desacredita a nobreza e a boa fama do homem, e dizem que as mantêm, não impelidos pela luxúria, mas pelo decôro da própria grandeza".

Convém lembrar também que o Cristianismo produziu rompimentos entre os próprios habitantes do reino. Tanto Jan Vansina quanto Georges Balandier referem-se à divisão da população em modernistas — os que adotaram o Cristianismo e a nova cultura — e os tradicionalistas — os que permaneceram fiéis à cultura e religião locais. Esse rompimento, longe de ser um fator unicamente de tomada de posição, passou a ser a fonte de muitos distúrbios na vida do reino, inclusive na política. As facções que lutaram pelo poder após a morte de João I (Nzinga Kuvu) seguiam essa conceituação: o grupo partidário de D. Afonso (Mvemba Nzinga) defendia o Cristianismo e era apoiado pelos missionários e portugueses residentes no reino. Lutavam contra os “pagãos”, os que “resistiam à fé cristã”, que eram os tradicionalistas, partidários de Mpzanza a Nzinga, defensor da cultura local. Além disso, esses tradicionalistas não hesitavam em apontar as rebeliões das províncias, as dificuldades do reino, como consequência do castigo provocado pelo abandono da religião tradicional e do culto aos ancestrais.

Se esta era a realidade do encontro de dois sistemas religiosos diferentes, havia também nesse quadro o aspecto da ação dos missionários. Se alguns deles fixavam-se no aspecto religioso, a maioria, porém, sentia-se no direito de agir como fiscal da vida particular do rei e dos nobres. É de missionários portugueses no reino a informação que temos de que o rei Diogo I, um dos sucessores de Afonso I, era corrupto, herético e escandaloso. A verdade é que Diogo I não dava aos portugueses a vantagem de agirem livremente dentro do reino. Também precisamos analisar o papel pouco hábil da Igreja ao defender a justiça e o direito do tráfico escravo. A maioria dos missionários portugueses participaram dele, direta ou indiretamente, como veremos mais adiante. Dessa forma, o Cristianismo iria agir no reino do Congo como força de dispersão e dominação antes de tudo, sem no entanto conseguir vitória sobre a religião local.

Finalmente, a última e principal influência portuguesa no reino, que queremos abordar, é a econômica.

A estrutura econômica do reino estava baseada em grande parte na exploração da terra, e, em menor escala, na criação e no comércio com reinos vizinhos. Dêsse comércio, pode-se destacar a venda de tecidos de ráfia, marfim, peles e a venda de escravos, cujo tráfico já existia na África e era praticado no próprio reino do Congo. A atividade comercial era exercida através de rotas e mercados. Dessas rotas destacam-se as principais: 1) a que saía de Mbanza Congo (S. Salvador), atravessava Mbamba e atingia Luanda; 2) a que se dirigia para Mpumbu, no Stanley Pool, passando por Kimpesé e Dunga; 3) a grande rota, a mais trilhada, que ligava Mbamba Congo (S. Salvador) ao porto de Mpinda; media cerca de 300 km, correspondendo a seis dias de marcha; 4) dirigindo-se para Ambrizète, na costa, uma rota que atravessava os ativos centros artesanais de Bembe e Tomboko.

Algumas dessas rotas foram abertas após a chegada dos portugueses, como a que se dirigia para Mpumbu, porém a maioria delas já era usada, muito antes do período de denominação portuguesa, pelo próprio comércio do reino.

Além disso, os mercados desempenhavam papel de importância na estrutura econômica. Eram chamados "nzandu" e funcionavam segundo normas rígidas e pré-estabelecidas. Um dos seus aspectos interessantes é a divisão de locais de venda de acordo com o tipo de mercadoria e o cuidado para haver certa normalização de preços entre as mesmas. Os ferreiros tinham lugar de destaque dentro do "nzandu", e isso é bem compreensível se lembrarmos a importância funcional e ao mesmo tempo simbólica que o ferreiro desempenhava na sociedade do Congo. Outro aspecto curioso é a figura dos "chefes de mercado", garantidos pelos nobres, responsáveis pelo bom andamento do "nzandu". Além de ponto de trocas comerciais, o "nzandu" era um ponto de encontro, onde eram feitas negociações políticas e matrimoniais, onde se sabia da moda e das novidades.

Todo esse sistema econômico estava intimamente ligado à unidade monetária do reino — as conchas-moeda — o "nzimbu". Estas eram conchas de um marisco só encontrado nas praias da ilha de Luanda, e cuja exploração constituía monopólio real<sup>(17)</sup>. Além de Cavazzi, outras fontes mencionam o fato, como Pacheco Pereira (1505)<sup>(18)</sup> e Pigafetta. Os portugueses, por causa disso, chamavam a ilha de Luanda de "Ilha da Moeda"!

A exploração do "nzimbu" era expressamente proibida fora do controle real, e por isso mesmo, fiscalizada pelo Mani Luanda. Não se deve confundir o "nzimbu" com os "cauris", muito difundidos na África Ocidental e só introduzidos no reino, anos mais tarde, por traficantes. O valor do "nzimbu" variava de acordo com o tamanho e quantidade, e também de época para época.

Além do "nzimbu", em outras regiões do reino usavam-se outros tipos de moeda. Em Mbata (Bata), Mpangu (Pango) e Nsudi (Sundi), eram usados tecidos especiais de fabricação local, cujo valor variava de acordo com o tamanho. Em Soyo (Sonho) e Kakongo, o tecido moeda era usado ao lado de outros meios de troca.

Sobre esse sistema econômico assim estruturado, é que iriam processar-se as mudanças, por influências dos portugueses e outros estrangeiros.

Inicialmente introduziram objetos de valor de troca superior aos então existentes: tecidos, sombrinhas de cores vivas, chapéus de latão, etc.

(17) Cavazzi, J.A., op. cit., 1.º vol., pág. 30.

"Em frente da cidade (Luanda), para além de um quarto de milha, estende-se pelo mar além uma ilha com 5 léguas de comprimento, tendo de largura 1 milha escassa. Ali se pescam os búzios, que por serem escuros, lisos e fininhos, têm maior valor e servem aos Pretos em lugar de moeda nos seus contratos".

(18) Pacheco Pereira, D., *Esmeraldo de Situ Orbis* — Edição de 1892, Imprensa Nacional de Lisboa, pág. 84.

Introduziram e difundiram também sua própria moeda, criando, ao lado disso, um poderoso comércio exterior, baseado em sua nova divisa de grande valor internacional; o escravo.

Falar do tráfico escravo que se multiplicou na época da ocupação portuguesa, seria fazer um capítulo à parte. Porém, há alguns de seus aspectos que poderemos comentar em nosso trabalho.

O comércio de escravos já era conhecido e praticado na África e também no Congo, antes da chegada dos europeus, desde tempos imemoriais, havendo mesmo rotas estabelecidas para esse fim, segundo informações fornecidas por Pigafetta e pelo autor da *História do Reino do Congo*. O escravo vendido nesse comércio, geralmente era prisioneiro de guerra, ou tinha-se tornado escravo em consequência de algum castigo impôsto por sua sociedade. Também em tempos de calamidades ou guerras, era comum a venda de escravos. Convém lembrar a época em que o reino do Congo foi invadido pelos Iagas (Iacas), quando grande parte da população refugiou-se em uma pequena ilha litorânea, e, em consequência da superpopulação, houve falta de mantimentos e a fome se fez presente. Nessa época, foi comum a venda de homens e mulheres, para permitir a aquisição de alimentos.

Quando os portugueses resolveram estabelecer-se no reino do Congo, sentiram o quanto poderiam lucrar com um monopólio comercial na área. Desde o início das ligações entre Portugal e o Congo, o rei D. Manuel de Portugal lançou sua atenção sobre os escravos, cobrando através do envio deles para Portugal, sua ajuda material e os estudos de nobres congos em Lisboa. Simão da Silva (já citado), por ser o portador do Regimento de 1512, recebeu ordens de D. Manuel, no sentido de procurar convencer o rei do Congo da organização de um tráfico, que poderia trazer grande proveito para ambos os reinos.

Começa a destacar-se, então, a ação da ilha de S. Tomé, situada à altura do litoral do Gabão, descoberta no século XV (1471-1472) <sup>(19)</sup>, colonizada pelos portugueses no reinado de D. João II. Sua importância está ligada à sua localização. Próxima à costa, funcionava como ponto de encontro dos vários navios que faziam o percurso entre África e Europa e vice-versa, e como ponto de armazenamento de escravos. É o governo dessa ilha que iria desempenhar um papel importante nas relações entre Congo e Portugal, dificultando-as, e no comércio entre os dois reinos, procurando manter sua posição monopolizadora no comércio.

A primeira remessa de escravos saída do reino do Congo, verificou-se no reinado de Afonso I, por volta de 1513, quando 400 prisioneiros de guerra dos Dembos (Ambundos) foram levados para Mbamba Congo, sendo que 320 deles foram embarcados para Portugal <sup>(20)</sup>. Em 1514, mais 190 escravos foram enviados para Portugal.

---

<sup>(19)</sup> Tenreiro, Francisco — *A Ilha de São Tomé* — Memória da Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1961.

<sup>(20)</sup> Vansina J., op. cit., pág. 52.

Daí em diante a caça ao homem tornou-se fator de maior interesse para os portugueses. Na ambição de aprisionarem escravos, os traficantes não deixavam escapar nem nobres, nem membros da família real. Por volta de 1526, a situação tornara-se tão aguda que Afonso I escreveu para Portugal, queixando-se. A ação dos traficantes concorreu, além disso, para dificultar a administração interna do reino, provocando guerras entre as províncias ou rebeliões contra o rei, situações que eram bem aproveitadas por eles, pois sempre se apoderavam dos prisioneiros de guerra. Várias tentativas foram feitas por Afonso I e seus sucessores para disciplinar a situação. Diogo I (1545-1560) tentou, e conseguiu em parte, diminuir a ação escravagista, mas teve contra si várias revoltas provocadas pelos traficantes. Ao lado disso, notem-se também as baixas na população (cerca de 5.000 escravos embarcados anualmente) que o reino sofreu a partir do estabelecimento do tráfico escravo.

Todo o carregamento e captura do homem no interior do reino era feito por dois tipos de intermediários, segundo relata o autor de *História do Reino do Congo*. Em primeiro lugar os "pombeiros", nome que até 1512 designou o mercado, mas que, posteriormente, passou a designar o traficante. O "pombeiro", na maioria dos casos, era um escravo, negro pago ou mulato, que ia ao interior capturar o escravo, trazendo-o para portos litorâneos, onde era embarcado. O outro tipo era o "bazombo", tribos inteiras que serviam de intermediárias, nesse comércio. São mencionadas as audaciosas caravanas dos Makela (Zombo), uma das tribos que se dedicavam a essa atividade.

A medida que a atividade agrícola da Colônia do Brasil ia se desenvolvendo, quando a cana-de-açúcar dava os melhores resultados, o comércio humano era intensamente praticado, dêle participando até representantes da Igreja, pois a agricultura "precisava" desses braços. Padres e missionários protegiam e concordavam com o tráfico e muitos dêles faziam sociedade com traficantes. Ainda no século XVI, na sua segunda metade, escravos da área do reino do Congo e Angola foram embarcados para o Brasil e aplicados na atividade agrícola.

Ao lado do interesse dos portugueses no escravo, havia também o interesse nas minas. Cavazzi menciona a riqueza do reino do Congo em metais preciosos, assim como outros cronistas. Em 1536, técnicos chegaram ao Congo, enviados por Portugal, para verificar a existência dessas minas, mas foram proibidos por Afonso I de fazerem qualquer investigação. Daí em diante passa-se a notar uma pressão dos portugueses sobre o rei do Congo, para que êle revelasse o local das minas. Esse interesse da parte de Portugal contribuiu também para provocar dificuldades internas no reino. Mais tarde, chegou-se à conclusão de que, exceto o cobre e o ferro, que eram encontrados na região de Bembe, a existência de minas de outros metais era mais fictícia que real.

A essa altura, grande parte da estrutura econômica do reino, que funcionava antes da chegada dos europeus, fôra modificada. O "nzimbu" es-

tava praticamente desvalorizado, bem como os tecidos-moeda; o escravo representava moeda internacional, ao lado da moeda portuguesa; as rotas comerciais já não estavam sob o contróle dos comerciantes do Congo.

Se bem que houvesse causas internas que provocassem a decadência do reino no século XVIII, essas foram aceleradas e agravadas pela ocupação européia. Daí em diante, mais prejudicado que transformado, mais dominado, que influenciado, o reino do Congo iria conhecer períodos de anarquias e desordens, até a ocupação final pelos portugueses.

#### NOTES ABOUT THE KINGDOM OF CONGO IN THE XVI CENTURY

*With the present article the writer intends to give a general vision of the former kingdom of Congo, standing at the mouth of the river by the same name and reached by Diogo Cão's expedition in 1484.*

*Notwithstanding being a state with a well-defined African structure, the Kingdom of Congo starting from the end of the XV century kept a close connection with Portugal and from the conjunction of these two different cultures resulted the incidents occurred in the XVI and XVII centuries.*

*It is based on such facts, in historians of the time like Father Cavazzi de Montecúcolo and Pacheco Pereira and in authorities on the subject, such, as Georges Balandier, Jan Vansina and others, that the Writer makes an analysis of the economic, political and religious statement on which the terms between Portugal and Congo, chiefly in the XVI century, were developed. She also wants to show that though technically more advanced the Portuguese culture could only triumph over the Kingdom of Congo on account of the development of interests bound with other European economic structures, as in the case of the slave's trade.*

*Finally, she also examines the religious adjustment that took place between Christianity and the local religious rites.*

*The article does not try to prove the victory or ascendancy of the Portuguese on the country but presents an example — among many others — of the conflicts and strains derived from the European conquest in the African Continent.*

#### QUELQUES NOTES SUR LE ROYAUME DU CONGO AU SIÈCLE XVI

*L'auteur prétend, avec cet article, donner une vision générale de ce qui a été le royaume du Congo, situé à l'entrée du fleuve du même nom et visité par l'expédition de Diogo Cão, en 1484.*

*Bien que ce soit un état de structure nettement africaine, le royaume du Congo, à dater de la fin du siècle XV, a tenu une relation étroite avec*

*Portugal, et de la rencontre de ces deux différentes cultures, résulteraient les incidents des siècles XVI et XVII.*

*Fondée sur ces faits, dans des historiens de l'époque tels que le Père Cavazzi de Montecùcolo et Pacheco Pereira et dans des autorités sur ce sujet, tels que Georges Balandier, Jan Vansina et d'autres, l'auteur fait une analyse du cadre économique, politique et religieux où se développeront les relations entre Portugal et le Congo, surtout au siècle XVI et veut encore démontrer que, bien qu'elle soit techniquement plus avancée, la culture portugaise n'a réussi qu'à triompher sur le royaume du Congo à cause du développement d'intérêts liés à d'autres structures économiques européennes, à l'exemple de la question du trafic d'esclaves.*

*Enfin, elle analyse la conciliation religieuse survenue entre le christianisme et les rites religieux sur place.*

*L'article ne tâche pas de prouver la victoire ou l'ascendance des Portugais sur la contrée, mais offre un exemple, parmi plusieurs, des conflits et des tensions causés par la conquête européenne dans le continent africain.*